

PUBLICAÇÃO: 18/09/2017



Brasil abre debate geral da 72ª sessão da Assembleia Geral da ONU nesta terça (19/09)

A Assembleia Geral das Nações Unidas deu início nesta terça-feira (12) a sua 72ª sessão na sede das Nações Unidas em Nova Iorque.

Na terça-feira (19/09), o Brasil abrirá o debate geral anual da atual sessão, que conta com a participação de chefes de Estado e de Governo de todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. O encontro pode ser acompanhado ao vivo pela TV ONU (webtv.un.org) ou nas redes sociais pela hashtag [#UNGA](https://twitter.com/UNGA).

O debate geral será seguido por uma reunião de alto nível da Assembleia Geral para avaliação do Plano de Ação Global das Nações Unidas para Combater o Tráfico Humano. Neste encontro, na quarta-feira (27) e quinta-feira (28), os líderes globais avaliarão os progressos e desafios de implementação do plano. A cobertura completa estará disponível no site www.onu.org.br/tema/unga e no site oficial da Assembleia Geral, em www.un.org/en/ga.

Um fórum para negociação multilateral

Fundada em 1945 sob a Carta das Nações Unidas, a Assembleia Geral ocupa uma posição privilegiada como o centro deliberativo, formulador de políticas e órgão representante das Nações Unidas.

Formada por todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas, fornece um fórum único para a discussão multilateral de todo o espectro de questões internacionais abrangidas pela Carta e desempenha também um papel significativo no processo de normalização e codificação do direito internacional. A Assembleia se reúne intensamente de setembro a dezembro de cada ano e, posteriormente, quando necessário.

Funções e poderes da Assembleia Geral

A Assembleia Geral da ONU tem o poder para fazer recomendações aos Estados sobre questões internacionais de sua competência. Ela também iniciou ações — políticas,

econômicas, humanitárias, sociais e jurídicas — que têm afetado a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

De acordo com a Carta das Nações Unidas, a Assembleia Geral pode:

- Analisar e aprovar o orçamento das Nações Unidas e estabelecer as avaliações financeiras dos Estados-membros;
- Eleger os membros não permanentes do Conselho de Segurança e os membros de outros conselhos e órgãos das Nações Unidas e, por recomendação do Conselho de Segurança, nomear o secretário-geral;
- Analisar e fazer recomendações sobre os princípios gerais de cooperação para a manutenção da paz e segurança internacionais, incluindo o desarmamento;
- Discutir quaisquer questões relativas à paz e segurança internacionais e, exceto quando uma disputa ou situação está sendo discutida no momento pelo Conselho de Segurança, formular recomendações sobre ela;
- Discutir, com a mesma exceção, e fazer recomendações sobre quaisquer questões no âmbito da Carta ou que afete os poderes e funções de qualquer órgão das Nações Unidas;
- Iniciar estudos e fazer recomendações para promover a cooperação política internacional, o desenvolvimento e a codificação do direito internacional, a realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e a colaboração internacional nos campos econômicos, sociais, humanitários, culturais, educativos e de saúde;
- Fazer recomendações para a solução pacífica de qualquer situação que possa prejudicar as relações amistosas entre os países;
- Considerar os relatórios do Conselho de Segurança e outros órgãos das Nações Unidas.
- A Assembleia pode também tomar medidas em casos de ameaça à paz, violação da paz ou ato de agressão, quando o Conselho de Segurança não conseguiu atuar devido ao voto negativo de um membro permanente.

A busca pelo consenso

Cada um dos 193 Estados-membros da Assembleia tem um voto. As votações realizadas sobre questões designadas importantes — como recomendações sobre a paz e a segurança, a eleição dos membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e as questões orçamentárias — exigem uma maioria de dois terços dos Estados-membros, mas outras questões são decididas por maioria simples.

Nos últimos anos, um esforço tem sido feito para alcançar um consenso sobre as questões, em vez de decidir por uma votação formal e, desta forma, reforçar o apoio para as decisões da Assembleia. O presidente, após ter consultado e chegado a um acordo com as delegações, pode propor que uma resolução seja aprovada sem votação.

Acesse a agenda completa da 72a sessão da Assembleia Geral da ONU em www.un.org/en/ga.

Integração da resiliência de desastres no processo de construção: educação profissional para um ambiente construído resiliente

Este relatório é um relato de um estudo para identificar lacunas na base de conhecimento de profissionais da construção que estão prejudicando sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais resistente a desastres e impedindo a integração da **resiliência de desastres** no processo de construção. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa financiado pela UE que busca desenvolver uma educação profissional inovadora e atempada que atualizará os conhecimentos e habilidades dos profissionais da construção na indústria e lhes permitirá contribuir de forma mais eficaz para os esforços de construção da resiliência de desastres.

A equipe de pesquisa do CADRE realizou um estudo detalhado para capturar os requisitos do mercado de trabalho para a **resiliência de desastres** e sua interface com a indústria da construção e seus profissionais. A investigação inicial destinada a captar as habilidades atuais e emergentes para profissionais do meio ambiente construído que poderiam contribuir para aumentar a **resiliência social aos desastres** em todo o ciclo de propriedade (definição estratégica, preparação e breve, design conceitual, design desenvolvido, design técnico, construção, entrega e fechamento, e em uso), as necessidades dos principais interessados (governo local e nacional, comunidade, ONGs, ONGs e outras agências internacionais, instituições acadêmicas e de pesquisa e setor privado) envolvidos na resiliência de desastres e gerenciamento e em **cinco dimensões de resiliência (social, econômico, institucional, ambiental, tecnológica)**. Este quadro analítico foi desenvolvido através de um amplo processo de consulta com os parceiros do projeto. Foi refinado com as descobertas emergentes da literatura e com a opinião das partes interessadas que foram entrevistadas para capturar as demandas do mercado de trabalho na indústria da construção para aumentar a resiliência social aos desastres.

FONTE: <http://www.disaster-resilience.net/cadre/sites/default/files/CADRE%20Report%20Public.pdf>

Abordagem da escassez de água: um catalisador para um desenvolvimento mais resiliente em Fiji

Este estudo de caso baseia-se no trabalho de campo em duas comunidades em Fiji que participaram do projeto 2002-05 de fortalecimento de capacidades para permitir o desenvolvimento de medidas de adaptação nos países insulares do Pacífico (CBDAMPIC), um dos primeiros projetos de adaptação no Pacífico que tentou trabalhar em esta escala da comunidade para **construir a resiliência** aos impactos de longo prazo das mudanças climáticas.

Em ambas as comunidades, o projeto serviu de catalisador para um desenvolvimento mais resiliente, melhorando a capacidade de absorção e capacidade de adaptação em relação à escassez de água. Forneceu um exemplo de como abordar um problema localmente definido pode estimular uma comunidade a agir para melhorar a resiliência. Um fator chave na **resiliência dessas comunidades** é o seu capital social existente. O projeto também aponta para o significado de construir sobre processos e iniciativas anteriores e em andamento.

FONTE:<http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/addressing-water-shortages-a-catalyst-for-more-resilient-development-in-fiji-620335>



Notas de Orientação: inclusive crianças com deficiência em Ação Humanitária

No mundo todo, uma em cada 10 crianças tem uma deficiência – e a proporção é ainda maior em áreas com conflitos armados ou desastres. Crianças e adultos com deficiência estão entre as pessoas mais marginalizadas em qualquer comunidade afetada pela crise. Para piorar a situação, eles muitas vezes são excluídos da assistência humanitária.

Mas enquanto crises colocar as crianças com deficiência em situação de risco, eles também podem criar oportunidades. edifícios danificados e infra-estrutura pode ser reconstruído melhor e mais acessível do que antes. Programas e serviços criados para ajudar as pessoas a lidar com e recuperar da crise podem ser projetados para incluir as crianças com deficiência desde o início.

UNICEF, em colaboração com a Handicap International, desenvolveu orientações para ajudar a garantir que as crianças e adolescentes com deficiência sejam incluídas em todas as etapas da ação humanitária - desde a preparação para emergências para recuperar a partir deles.

Inclusive crianças com deficiência em Ação Humanitária é composto por seis livretos cheios de ações práticas e dicas. Os folhetos cobrir:

FONTE: http://training.unicef.org/disability/emergencies/general-guidance.html?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=e722b65980-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-e722b65980-25743853



Homens Também Cuidam

Em nossa sociedade, o ato de cuidar de crianças, pessoas idosas, com deficiência ou algum problema de saúde é visto como “coisa de mulher”. Essas regras sociais têm gerado muitos obstáculos para a vida das mulheres, principalmente aquelas que buscam espaço no mercado de trabalho. É importante saber que os homens não são naturalmente “incompetentes para cuidar”. Para mudar esse cenário, é preciso reconhecer que podemos construir outras histórias, expondo os garotos desde bem cedo, ainda na infância, a outros valores e modelos de masculinidade. Confira a publicação na íntegra: <http://bit.ly/2wjJJKK>

FONTE: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/homenstambemcuidam.pdf>

openIDEO

Educação MIKTA em Emergências Desafio Temas e Inspiração Parte III

Ashley Tillman, IDEO

Há mais de um bilhão de pessoas no mundo com deficiência, 80% dos quais vivem na pobreza. Em um cenário de emergência, as pessoas com deficiência, especialmente crianças- e suas comunidades estão muitas vezes em desvantagem para acessar o suporte e os recursos necessários.

Ao pensar sobre como resolver para um importante e complexo desafio tal, é fundamental dar um passo atrás e refletir sobre o que a deficiência é:

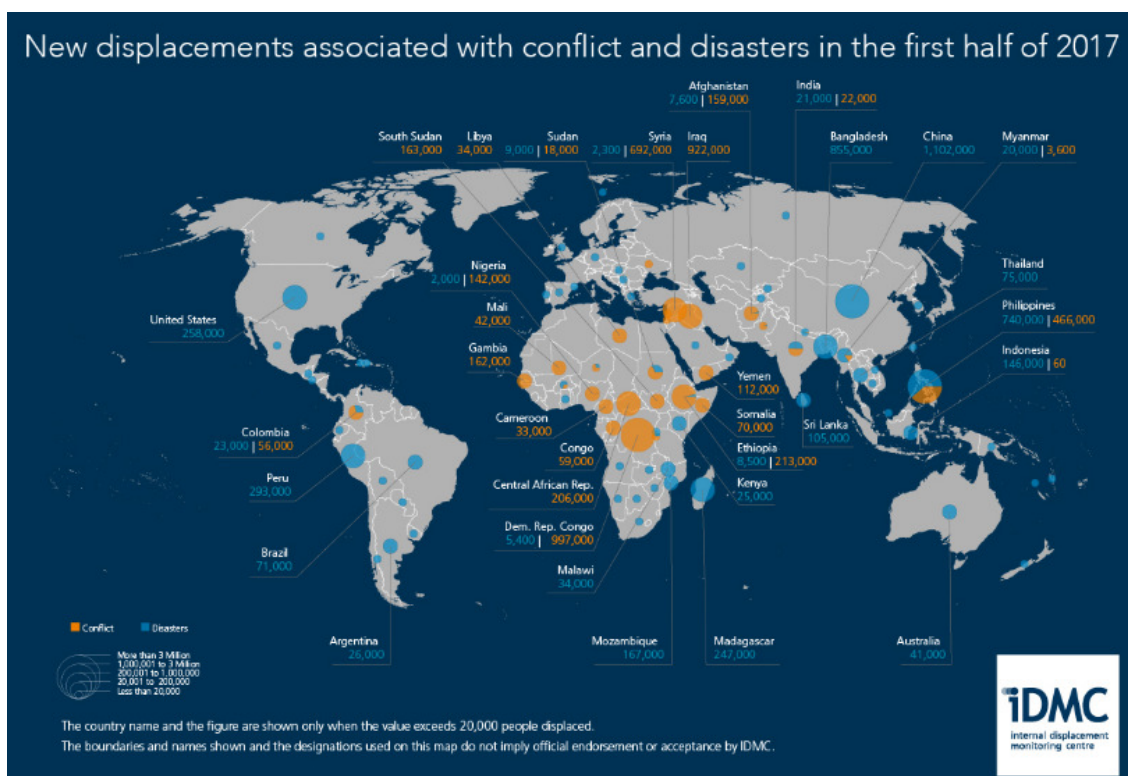
A deficiência é definida como nem puramente biológica nem puramente social, mas sim a interação entre as condições de saúde e fatores ambientais e pessoais.

Isto significa deficiência de uma pessoa pode mudar, dada a situação ou contexto em que estão. Por exemplo, ele pode ser amplificado em um cenário de emergência ou de crise. Mas isso também significa que há uma gama dinâmica de soluções e maneiras de ajudar as crianças com deficiência prosperar. Estamos muito animado para celebrar algumas idéias da Educação e Emergências Desafio MIKTA que estão projetando para atender as necessidades das crianças com deficiência com criatividade e engenhosidade. Em servir as necessidades do nosso mais vulneráveis, vamos construir a nossa capacidade de elevar toda uma comunidade.

FONTE:https://challenges.openideo.com/challenge/education-emergencies/ideas?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=e722b65980-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-e722b65980-25743853



Desastres naturais deixam milhões de desabrigados e crianças fora da escola



Dados de Deslocamentos – janeiro – junho de 2017

Estimativas provisórias baseadas em dados disponíveis mostram que conflitos, violência e desastres causaram mais de 9 milhões de novos deslocamentos internos no primeiro semestre de 2017.



O Caribe: Relatório de Situação do Furacão Irma nº 5 (a partir de 13 de setembro de 2017)

Destaques

- Irma se dissipou no sul-leste dos Estados Unidos em 12 de setembro e não é mais uma ameaça para as ilhas do Caribe.
- Anguilla, Antígua e Barbuda, St Martin / St Maarten, Ilhas Virgens Britânicas e Turcos e Caicos são as ilhas mais afetadas. Necessidades críticas em suprimentos e suporte estão sendo atendidas 24 horas por dia.
- Na República Dominicana e no Haiti, as autoridades locais estão gerenciando respostas e restauração de atividades normais nas áreas afetadas com recursos locais.
- Cuba sofreu danos em 13 de suas 15 províncias, relatando 10 mortes e danos à agricultura, abastecimento de água e telecomunicações.
- Os parceiros humanitários continuam a trabalhar e a coordenação com organizações regionais e governos locais em todos os países afetados, uma vez que as avaliações de necessidades continuam a revelar o alcance e a profundidade das necessidades causadas pela Irma.

Visão geral da situação

Avaliações remotas remotas avaliam prejuízos econômicos no total de US \$ 10.000.000.000 em todas as ilhas afetadas.

As avaliações de ilhas gravemente danificadas com acesso difícil, como Anguilla, Ilhas Virgens Britânicas e Turcas e Caicos, estão agora entrando e sendo analisadas - relatórios iniciais indicam necessidades críticas e capacidades de resposta de emergência afetadas que requerem suporte.

Em Anguilla, as autoridades solicitam aos parceiros e partes interessadas que o fornecimento de alívio e o pessoal recebidos sejam liberados com o NEOC para planejar adequadamente a logística ou ser negado a entrada. Do mesmo modo, as autoridades de Antígua e Barbuda observam a capacidade dos supermercados locais de abastecer alimentos na ilha de Antigua, que foi praticamente intocada pela Irma.

Em territórios com danos localizados, como República Dominicana e Haiti, as autoridades locais têm gerenciado a situação com os protocolos e recursos nacionais

de gerenciamento de emergência. Várias organizações mobilizaram recursos e pessoal para ajudar as autoridades locais e antecipam que as capacidades existentes no país seriam suficientes para responder aos efeitos da Irma.

Cuba foi o último país do Caribe a sofrer os efeitos de Irma. Os relatórios do governo indicam uma variedade de danos e necessidades nos territórios afetados, bem como perda de vidas (10). As águas estão começando a recuar e o país está seguindo as medidas de resposta da Força de Defesa Civil. As avaliações iniciais do governo indicam necessidades de médio a longo prazo no setor agrícola, já que muitas culturas vitais nas províncias afetadas foram perdidas pela tempestade

Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários:

Para saber mais sobre as atividades da OCHA, visite <http://unocha.org/>.

FONTE:http://www.unocha.org/sites/unocha/files/Hurricane_Irma_Regional_Response_Plan.pdf



Defesa Civil Municipal do Rio acompanha e tira lições do Irma

Marcelo Abelheira

Técnicos da Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro acompanharam e discutiram, os protocolos de monitoramento e resposta ao Furacão Irma que atingiu o Caribe e os Estados Unidos (em especial o estado da Flórida) nos últimos dias.

Muito embora sejam situações bastante distintas em vários aspectos, é possível encontrar desafios comuns e aprender com o que foi feito de forma positiva.

Primeiramente não há como não se espantar com o nível de comprometimento, tecnologia e conhecimento no monitoramento do furacão dos institutos americanos. Desde o início da semana, a NOAA (Administração Nacional do Oceano e da Atmosfera), quando o furacão ainda estava no caribe, atualizava constantemente as previsões e informava que o Irma faria uma “curva” após passar por Cuba e chegaria ao Sul da Flórida no sábado/domingo. Na sexta-feira havia a previsão de que passasse em cheio na costa leste da Flórida, posteriormente a previsão de rota foi ajustada para a costa oeste, assim como as atualizações da categoria na escala Saffir-Simpson (que vai de 1 a 5 e mede a força dos furacões). De qualquer forma, todos já sabiam há alguns dias: “o furacão vai impactar significativamente (em alguns lugares com maior, outros um pouco menor, escala) todo o estado da Flórida”.

Neste ponto, precisamos entender as diversidades dos fenômenos naturais. Obviamente, a intensidade e destruição de um furacão como o Irma é imensamente maior que a de qualquer chuva que já atingiu nossa cidade, por outro lado, não temos como prever nossas chuvas com tamanha antecedência. Como referido anteriormente, a tecnologia disponibilizada lá é impressionante, certamente o investimento nos recursos humanos e materiais (pesquisas, satélites, treinamento de pessoal etcetc) é proporcional ao custo que um fenômeno desses pode causar (os valores ainda variam bastante, mas há estimativas que o Irma e o Harvey, um outro furacão que atingiu o estado do Texas há algumas semanas, tenham causado um prejuízo de até 200 bilhões de dólares).

A cidade do Rio de Janeiro possui um Radar Meteorológico próprio, isto é um grande avanço. Trata-se de uma ferramenta de enorme importância, mas não podemos achar que é suficiente para acertarmos sempre na previsão. Além de não termos a mesma capacidade tecnológica dos inúmeros meios de previsão americanos (dos mais diversos tipos e modelos), nossa característica geográfica impõe outros desafios. Vejamos dois exemplos:

- Em 05/02/2015 havia a previsão de uma grande chuva generalizada em toda a cidade. A cidade mostrou uma grande capacidade de mobilização (tanto dos órgãos públicos como da população em geral), mas a previsão não se confirmou. É sempre positivo e elogiável qualquer ação preventiva, contudo, não podemos perder a credibilidade, até porque toda esta mobilização gerou impactos em diversos setores da economia e no dia a dia dos cidadãos.

- Em 20/06/2017 houve a maior chuva da história em um mês de junho. A cidade foi gravemente impactada em vários pontos. Rios extravasaram e vias ficaram completamente alagadas. O pluviômetro do Jardim Botânico registrou 120mm de chuva entre as 16h e 22h. Neste mesmo período, o pluviômetro da Ilha do Governador mediu 17mm e o da Penha menos de 1mm. Ou seja, na mesma cidade, em regiões relativamente próximas, uma diferença impressionante. A meteorologia não tinha como prever esta variação, pelo menos não com os equipamentos que temos. Além disso, cabe destacar que há toda uma variação de sistema de drenagem e ocupação do solo nos bairros da cidade (sem contar outros fatores como lixo nas ruas), portanto, o impacto não dependerá apenas do volume de chuva.

Passando agora para o comportamento da população, temos talvez a principal lição a tirar. Cabe destacar que a obediência e confiança no Poder Público é um ponto chave neste sentido. Praticamente todos os cidadãos seguiram as orientações. Milhões de pessoas se deslocaram (de forma educada, pacífica e ordeira) para outros lugares, muitas vezes distantes milhares de quilômetros. Não houve aproveitadores aumentando preços ou querendo tirar vantagem, pelo contrário, o que se viu foi uma grande onda de solidariedade e companheirismo, entre os próprios cidadãos e inclusive de empresas privadas. Pessoas que não tinham como se deslocar, foram prontamente atendidas pelas autoridades, que disponibilizaram abrigos e transporte para que ninguém ficasse desassistido. Isto foi um grande exemplo de organização, mobilização e capacidade de resposta antecipada das instituições.

Por aqui temos uma situação bastante distinta, no desastre da Região Serranada RJ em 2011 (não é nossa cidade, mas serve de parâmetro da nossa realidade) comerciantes aumentaram abusivamente o preço da água, pessoas saquearam residências, gestores desviaram verbas de resposta e reconstrução. Ou seja, estamos muito ultrapassados como cidadãos, isto depende

de educação e civilidade, algo que leva tempo e que continua não sendo feito. Pelo menos a punição aos corruptos está sendo algo inédito no país (já é um avanço).

Como exemplos positivos na prevenção dos desastres, a Prefeitura tem algo interessante a mostrar. Os deslizamentos de encostas, por exemplo, que historicamente sempre causaram acidentes, inclusive com vítimas fatais, nas comunidades localizadas em morros, teve uma redução drástica nos últimos anos. Diversas ações contribuíram para isso: Mapeamento Geológico de Risco, fortalecimento do Sistema de Previsão e Monitoramento das chuvas (radar e pluviômetros já mencionados), implantação do Centro de Operações para atuação integrada e coordenada dos órgãos públicos, instalação de Sirenes de Alerta e Alarme nas comunidades de risco, obras de contenção e, principalmente, ações e projetos de conscientização e treinamento dos moradores. Com estas ações, desde 2011 não houve mortes relacionadas a deslizamentos de encostas em qualquer das 103 comunidades que tinham áreas de alto risco no mapeamento original de 2010 e foram contempladas com as sirenes.

A Defesa Civil Municipal realizou reuniões com líderes comunitários e com moradores das áreas de risco, fez exercícios simulados de desocupação e, também, desenvolveu entre 2013 e 2016 o Projeto Defesa Civil nas Escolas contemplando cerca de 22.000 alunos.

Outras importantes iniciativas são as parcerias que a Prefeitura tem na busca pela Redução do Risco de Desastres (RRD). A Cruz Vermelha, por exemplo, é parceira em diversos projetos e ações realizados (como no mencionado Projeto Defesa Civil nas Escolas). ONGs e universidades cariocas, assim como renomadas instituições internacionais como WRI, JICA, FUNDAÇÃO ROCKEFELLER e NASA (apenas para citar alguns) também já contribuíram de forma significativa para nossa resiliência frente aos desastres.

Cabe ressaltar que a parceria com a NASA propiciou, na semana passada, a participação de um técnico da Defesa Civil em um evento sobre Redução do Risco de Desastres nas Américas. Na oportunidade, além de todo o aprendizado e integração com representantes de vários países atingidos por desastres, tivemos a oportunidade de mostrar o que estamos fazendo na questão dos Deslizamentos de Encostas.

No que se refere às enchentes e alagamentos, ainda temos que evoluir. A construção dos reservatórios de amortecimento (famosos piscinões) na Tijuca representam uma boa tentativa neste sentido, contudo ainda não está concluído o canal de extravasamento do Rio Joana (que desembocará direto na Baía de Guanabara). Além disso, a grande impermeabilização do solo e o aumento na frequência e intensidade das chuvas devido às mudanças climáticas representam um desafio que provavelmente excederá a capacidade das referidas obras.

Neste sentido, cabe, assim como foi feito nas encostas (mapeamento, monitoramento e protocolos de acionamento dos sistemas de alerta e alarme) ação similar para minimizar os impactos das enchentes e alagamentos. Apesar das obras nas encostas, acidentes não estão livres de ocorrer, contudo os moradores recebem informações para se precaverem. Os motoristas também merecem o mesmo tratamento para não ficarem ilhados.

A Prefeitura, principalmente por intermédio da Defesa Civil Municipal e do Centro de Operações, está elaborando um Plano de Ações Integrado para o próximo verão. Os órgãos mais diretamente envolvidos terão suas atribuições descritas em uma Matriz de Atividades x Responsabilidade que definirá QUEM FAZ O QUE. Complementarmente a isso, cada órgão terá o seu próprio Plano de Contingência que detalhará como suas respectivas atividades serão realizadas, bem como a partir de que momento e em que locais sua atuação será efetivada.

A Defesa Civil também vem promovendo eventos e encontros para fomentar o conhecimento e conscientização sobre este assunto. Em julho foi realizada uma Semana Municipal de Redução do Risco de Desastres, quando, de segunda a sexta-feira, foram realizados diversos eventos: Simpósio com pesquisadores e especialistas, Fórum com técnicos do Poder Público, Seminário com representantes das cidades limítrofes ao nosso município, Oficina com moradores de áreas de risco, Ação na rua para a população em geral e Simulado de escape em escola. Em agosto, demos início ao Projeto “Defesa Civil Convida – Tarde Resiliente”, um evento mensal, aberto ao público, que conta com a participação de um especialista em algum assunto relacionado à RRD. Na primeira edição (é sempre durante a tarde da terceira terça-feira do mês) abordamos o assunto de “Ressacas no Mar”, a segunda edição (19/09) terá como tema “Inundações”.

Enfim, ainda temos muito a evoluir em todos os sentidos e em todas as fases do desastre (Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação) para pensar em chegar próximo do nível dos Estados Unidos. Por outro lado, estamos começando a inserir em nosso país a cultura de desastres, algo impensável há algum tempo, quando os gestores não tinham qualquer preocupação com o tema, por acreditar que o Brasil era um abençoado e livre de desastres. Os próprios americanos evoluíram bastante após alguns casos como o do Furacão Katrina (que atingiu Nova Orleans em 2005), quando as ações foram muito menos eficientes que agora. Pelo menos eles aprenderam com os erros, cabe a nós fazer o mesmo.

Engenheiro civil Marcelo Abelheira, especializado em Gestão Ambiental – Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro

FONTE: <http://www.rio.rj.gov.br/web/defesacivil>

EVENTOS



X Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí

Educação Ambiental para Gestão de Riscos de Desastres

Estão abertas as inscrições para o X Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, que acontecerá nos dias 25 e 26/09 de 2017.

X FÓRUM PERMANENTE DE PREVENÇÃO AOS RISCOS DE DESASTRES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

PROGRAMAÇÃO

25/09:

Local: AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
Endereço: Rua Alberto Stein, 466 - Velha, Blumenau

08h às 09h Credenciamento
9h às 9h30 Abertura
9h30 às 10h30 Programa Construindo Cidades Resilientes: minha cidade está se preparando
Palestrante: Esp. Sidney Furtado Fernandes (ONL)
10h30 às 11h30 Educação Ambiental e os Riscos de Desastres Naturais
Palestrante: Dra. Sônia Nascimento Sulaiman (USP)
11h30 às 12h Debate
14h às 15h Educação Ambiental na Superação do Cenário de Riscos de Desastres
Palestrante: Dr. Mano Jorge Cardoso Coelho Freitas (UDESC)
15h às 16h Projetos Defesa Civil na Escola e Agente Mirim de Defesa Civil: as experiências de Blumenau
Palestrantes: Esp. Luciana Schramm Correia
Esp. Juliana Mary de Azevedo Ouniques (Defesa Civil de Blumenau)
16h às 16h30 Debate

26/09:

Oficina: Inclusão de tecnologias digitais na gestão de riscos de desastres
Para técnicos e gestores públicos dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí
(o mesmo curso será oferecido em duas turmas)
Turma I: 13h30 às 15h30 - Turma II: 16h00 às 18h00 - 32 vagas por turma

Local: UNIDAVI - Laboratório de Arquitetura e Urbanismo - Sala: Studio 2
FURB - Campus 1 - Sala G - 206 Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder
UNIVALI - Campus Balneário Camboriú - Sala 203 - Bloco 7

INSCRIÇÕES: www.atmosferafurib.blogspot.com.br - [facebook.com/atmosferafurib](https://www.facebook.com/atmosferafurib)

CONTATO: GEAMBH - Telefone: (47) 3221.6127

Organização Apoio

INSCRIÇÕES:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeLrAvb6FhwHeWxjIkkr5Iib2GdMJZvkDboUe6HLxcaVfOiBg/viewform>

OPAS/OMS e Ministério da Saúde mapeiam experiências de sucesso em educação na saúde

Estão abertas até 21 de novembro as inscrições para a primeira edição do Laboratório de Inovação em Educação na Saúde.

Estão abertas até 21 de novembro as inscrições para a primeira edição do Laboratório de Inovação em Educação na Saúde, promovido pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e pelo Ministério da Saúde do Brasil.

A proposta é mapear práticas inovadoras e experiências exitosas que contribuem para a formação e qualificação dos trabalhadores e profissionais de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

Serão aceitas inscrições de iniciativas desenvolvidas em três eixos temáticos: “Integração ensino-serviço-comunidade”, “Educação e práticas interprofissionais” e “Gestão da Política de Educação Permanente em Saúde”. Os projetos apresentados devem ser mensuráveis e comprováveis por indicadores.

Segundo Mônica Padilla, coordenadora da Unidade Técnica de Capacidades Humanas para a Saúde da OPAS/OMS no Brasil, o Laboratório de Inovação é uma grande oportunidade de contribuir para a atualização da Política de Educação Permanente em Saúde. “É a primeira experiência das Américas neste campo, que mostra também a importância transversal dentro dos sistemas de saúde no processo formativo e na prática profissional, buscando sempre atender as necessidades de saúde da população”, afirmou.

As instituições que tiverem projetos selecionados receberão certificado de reconhecimento e terão a oportunidade de apresentar suas experiências em um seminário previsto para acontecer no primeiro semestre de 2018. As iniciativas escolhidas pela comissão também serão apresentadas em publicação a ser elaborada pelo Ministério da Saúde e a OPAS/OMS.

Clique aqui para acessar o edital.

<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/13/Edital---Laboratorio-de-Inovacoes-Educacao-na-Saude.pdf>



LICITAÇÕES

Processo Nº: JOF - 0270/2017

Objeto da Compra: Contratação de consultoria para o desenvolvimento e implementação de cursos de capacitação na modalidade a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA do ICMBio.

Limite para Recebimento de Proposta: 22/09/2017

Processo Nº: JOF - 0276/2017

Objeto da Compra: Realização de estudos e elaboração de proposta sobre a exigência do Building Information Modelling (BIM) nas licitações governamentais.

Limite para Recebimento de Proposta: 22/09/2017

Processo Nº: JOF - 0292/2017

Objeto da Compra: Realizar revisão metodológica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias - PAIF, a partir da identificação, sistematização e análises de práticas, à luz das orientações técnicas e normatizações vigentes.

Limite para Recebimento de Proposta: 22/09/2017

Processo Nº: JOF - 0291/2017

Objeto da Compra: Realização de estudo para elaboração de um sistema de monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável dos municípios brasileiros.

Limite para Recebimento de Proposta: 25/09/2017

Processo Nº: JOF - 0318/2017

Objeto da Compra: Realizar um conjunto de estudos capaz de fornecer subsídios técnicos para o fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento sustentável, por meio da identificação de similaridades e convergências entre os mecanismos políticos, institucionais, econômicos e de outras naturezas adotados pelos países dos BRICS.

Limite para Recebimento de Proposta: 02/10/2017

Processo Nº: JOF - 0330/2017

Objeto da Compra: Elaboração de propostas de projetos de eficiência energética na tipologia "Poder Público" para edifícios de escritórios em atendimento às Chamadas Públicas de Projetos (CPPs) a serem publicadas por distribuidoras de energia no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Agência Nacional

de Energia Elétrica (Aneel), visando o atendimento de todos os requisitos definidos pelas CPPs e pela Aneel, bem como a capacitação de gestores de edifícios públicos sobre os procedimentos das CPPs.

Limite para Recebimento de Proposta: 02/10/2017

Processo Nº: JOF - 0324/2017

Objeto da Compra: Desenvolvimento de projeto voltado para a implementação de um centro educativo, cultural e interativo de educação de trânsito focado inteiramente na promoção da segurança viária e da mobilidade urbana sustentável.

Limite para Recebimento de Proposta: 04/10/2017

FONTE: <http://www.un.org.br/licitacoes/Home/Licitacoes>

MAIS INFORMAÇÕES

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>